

Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais

Manoel Adir Kischener *; Norma Kiyota **; Miguel Angelo Perondi ***

* Secretaria Municipal de Educação de Caxias do Sul, RS – SMED; ** Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR;

*** Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Pato Branco – UTFPR

manoelkischener@yahoo.com.br; normak@iapar.br; miguelangeloperondi@gmail.com

Brasil

Cita sugerida: Kischener, M.; Kiyota, N.; Perondi, M. (2015). Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. *Mundo Agrario*, 16(33). Recuperado a partir de <http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAv16n33a07>

Resumo

O novo padrão de modernização da agricultura e do rural, que vigora na maior parte das regiões rurais do Brasil, também se faz presente no Sudoeste do Paraná. Assim, considerando as marcas deixadas por esse processo, procurou-se verificar quais foram os fatores que interferiram na sucessão geracional e passaram a influenciar a estratégia de reprodução social da agricultura familiar. Para tanto, a partir de uma abordagem qualitativa, esta pesquisa procurou comparar duas comunidades rurais estabelecendo 25 entrevistas cada e duas sessões de grupo focal. Dos resultados deste estudo, percebeu-se que os fatores que favorecem a permanência dos jovens no meio rural foram, principalmente: a renda, a convivência na comunidade e a inclusão dos projetos de vida dos filhos nas estratégias de reprodução social da família.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Sucessão geracional; História da agricultura; Sudoeste do Paraná.

Generational succession in family farming: lessons from two rural communities

Abstract

The new pattern of modernization of agriculture and rural, in force in most rural areas of Brazil, is also present in the Southwest of Paraná. Thus, considering the marks left by this process, this research tried to see what were the factors that interfere in generational succession and began to influence the family farm's social reproduction strategy. For that, from a qualitative approach, this study sought to compare two rural communities by establishing 25 interviews each and two focus group sessions. The results of this study, it was noticed that the factors that favor the permanence of young people in rural areas were mainly: income, living in society and the inclusion of life projects of the children in the family's social reproduction strategies.

Keywords: Family farming; Generational succession; The history of agriculture; Southwestern of Paraná.



1. A sucessão geracional na história e na atualidade

Até meados dos anos 1970, o processo de sucessão¹ entre gerações de agricultores se fazia mais pela tradição cultural do que pela lei, que acabava por deixar uma parte da família à margem do processo, principalmente as mulheres, estabelecendo a prioridade de acesso a sucessão na unidade de produção ao filho mais velho (na primogenitura) ou ao mais jovem (na ultimogenitura ou minorato).

Nesse período a produção era destinada mais para consumo do que propriamente para o mercado e a lavoura se fazia pelos braços dos filhos, onde as famílias mais extensas procuravam superar as dificuldades enfrentadas da incipiente tecnificação.

A integração aos mercados estava por se iniciar, as sementes ainda eram aquelas guardadas de uma safra para outra, as relações de comunidade e o sentido identitário eram mais fortes e perpassavam as gerações. O ofício de agricultor era passado de pai para filho nas práticas cotidianas realizadas na unidade de produção. Pensar em políticas públicas talvez soasse estranho.

Com a modernização começa a ocorrer uma diferenciação econômica, muito mais do que social. A tecnificação, os insumos industriais, o crédito, a conformação de mercados e a disposição para o lucro passaram a condicionar a vida no campo.

Também se inicia a conformação de novos padrões de sociabilidade. As gerações mais recentes passam a ter acesso a maior período de estudos que de seus pais. O modo de vida e os valores culturais urbanos passam a chegar de forma mais rápida ao mundo rural.

A complexidade da integração rural-urbana, industrial-agrícola, de diferentes valores e formas de sociabilidades, de integração aos mercados, de organização, fazem parte da conformação atual, do padrão de fazer agricultura que vigora intensificado dentro do sistema capitalista, especialmente a partir dos anos 1970. Desta forma, há indícios de problemas na sucessão, conforme já apontaram estudos de Abramovay et al (1998), Carneiro (2001), Silvestre et al (2001), Mello et al (2003), Brumer e Anjos (2008), Kiyota, Perondi e Vieira (2012) entre outros e que justificam a necessidade de mais pesquisas nesse tema.

Portanto, a seguir, o trabalho apresenta a complexidade da agricultura familiar fruto da modernização, propõe um quadro das principais variáveis que influenciam o processo de sucessão geracional e, procura perceber entre as famílias de duas comunidades rurais se estas sofrem da mesma tendência descrita pela literatura.

2. Metodologia

Essa pesquisa possui três etapas, sendo a primeira de abordagem qualitativa e quantitativa e a segunda e terceira puramente qualitativa. As duas primeiras etapas deste estudo fazem parte de uma pesquisa realizada em onze estados brasileiros, com pesquisadores de diversas instituições² e a

terceira foi realizada especificamente para este estudo. A primeira etapa se caracterizou pela escolha de duas comunidades rurais numa mesma região e a aplicação de uma entrevista semi-estruturada em 25 famílias de cada uma das comunidades. Neste caso, o aspecto qualitativo, segundo Godoy (1995:25) e que caracteriza um estudo de caso é a *“particularidade suficiente para representar um caso, e ao mesmo tempo, a capacidade que apresenta para capturar aspectos e dimensões da diversidade mais geral da região”*. A segunda etapa aproximou-se mais do sentido de um estudo de caso quando se procurou realizar um grupo focal com cada uma das comunidades, e este momento serviu para proporcionar uma vivência da realidade por meio da discussão, análise e tentativa de solução de um problema extraído da vida real. Por fim, na terceira etapa, procurou-se analisar com mais profundidade algumas famílias selecionadas a partir de novas entrevistas que seguiram um roteiro de entrevista com questões abertas.

A técnica utilizada para a organização e análise dos dados foi a análise de conteúdo e as variáveis de análise foram definidas segundo a literatura sobre o tema, checadas in lócus e esquematizadas em síntese.

As duas comunidades rurais pesquisadas foram: Secção Progresso, localizada entre os municípios de Francisco Beltrão e Itapejara d’Oeste e Barra do Santana, localizada no município de Verê.

Os questionários socioeconômicos utilizados para o diagnóstico das comunidades na primeira etapa³ continham 32 questões cada, sendo a maioria delas fechadas, que buscam averiguar aspectos relacionados à: a) composição da família, b) estrutura fundiária e capital de produção, c) produções e respectivas despesas, d) rendas não agrícolas, e) políticas públicas, f) infraestrutura de moradia, g) ambiente social e econômico e, por fim, h) tendências de emigração familiar. Este último item apresenta questões abertas especialmente relacionadas à sucessão geracional na unidade de produção familiar.

A seguir, na segunda etapa, foram realizadas duas sessões de grupo focal⁴ realizadas nas sedes das comunidades. As sessões foram de duas horas de duração e versaram sobre: tecnologia, mercantilização e sucessão geracional.

Por fim, na terceira etapa, foram novamente entrevistadas três famílias de cada uma das comunidades. A entrevista seguiu um roteiro com questões abertas sobre o tema da sucessão geracional daquela família em foco. Vale salientar que estas últimas entrevistas foram escolhidas segundo os contrastes percebidos nas etapas anteriores do diagnóstico e/ou do grupo focal e uma categoria fundamental de análise foi o critério de escolha dos jovens entre ficar ou sair da comunidade rural.

3. Fatores que influenciam a sucessão geracional

Nos últimos anos, muitos autores estão se debruçando sobre o tema da sucessão geracional na agricultura familiar⁵. Entre os autores, os fatores que se fazem presentes na temática da sucessão

geracional são os seguintes: a) história, b) gênero, c) renda, d) escolaridade, e) projetos de vida dos jovens, f) sociabilidade urbana, g) comunidade e h) trabalho.

a) A questão histórica

Com a vinda dos imigrantes europeus ao Sul do Brasil, iniciada ainda no século XIX, houve a importação do modelo de produção familiar que prevalecia em solo europeu. Este estilo de fazer agricultura foi se reproduzindo sem maiores crises até meados dos anos 1960, enquanto havia uma fronteira agrícola inexplorada no Brasil.

A compra de terras na vizinhança ou em outros locais passou a ser a forma de compensação aos demais filhos preteridos na sucessão da unidade de produção da família. Além desta alternativa, algumas famílias optavam pela imposição do celibato, levando filhos de ambos os sexos à vocação religiosa ou a saída de algum dos membros da família para estudar e melhorar suas condições de emigração para as cidades. No campo, a fronteira agrícola avançou do Rio Grande do Sul sobre os demais estados, primeiramente Santa Catarina e Paraná, depois Centro-Oeste e Norte do país⁶.

Leanza (2000) cita a *carta de ametade*⁷, como um exemplo de divisão patrimonial na ocorrência de morte de um dos cônjuges no período colonial, conforme esta tradição das famílias, os bens eram divididos em três partes, sendo destinados 2/3 aos herdeiros e o restante deveria ser utilizado nas despesas fúnebres ou ficava à disposição do testador, que poderia dar o destino que desejasse ao recurso, até beneficiar algum dos filhos do falecido.

Por outro lado, a despeito das transformações que ocorreram nos últimos anos no processo de sucessão, Ploeg (2008:60 e 63) comenta que neste cenário, a agricultura deve ser vista como parte de um fluxo de três tempos (passado-presente-futuro), isto é, um complexo intergeracional, onde se pode adotar a estratégia de se trabalhar mais em uma geração para que a seguinte tenha melhores condições: “*os pais trabalham para seus filhos*”. Desta forma, o processo de escolha de ficar ou não na atividade do rural, é antes de tudo um processo dinâmico, definido pelas estratégias de reprodução desenvolvidas pela família.

b) A questão de gênero

Decorrente da crise nas antigas colônias de imigrantes e por razões culturais, a mulher filha de agricultores, com poucas exceções, foi preterida na escolha do sucessor na unidade de produção da família.

A tradição cultural (por exemplo, do casamento das jovens com filhos de outros agricultores, com o pagamento de dotes às famílias dos noivos, permitindo que se estabelecessem na terra de outrem) associada à pouca escolaridade dos pais, na fase inicial, contribuíram para que se tornasse quase naturalizada a condição de preferência de um filho em detrimento de uma filha.

Assim, as estratégias em relação às jovens mulheres consistiam no casamento com filhos de outros agricultores (com parentesco preferencialmente) ou avanço nos anos de estudos, favorecendo o pleiteamento de empregos urbanos.

A força de trabalho das mulheres que permanecem permanente ou temporariamente até seu deslocamento para outra unidade de produção ou para algum centro urbano é culturalmente entendida como “ajuda”, isto é, auxiliar ao trabalho dos homens. Na divisão do trabalho da família, as tarefas domésticas e de cuidado com os filhos, executadas na casa ou em suas proximidades são femininas e as atividades com maior proximidade ao mercado são masculinas.

Como demonstrado em Paulilo (1987), no estudo sobre o “peso do trabalho leve”, o peso do trabalho é cultural, assim em alguns lugares capinar é tarefa dos homens, então, considerado pesado e em outros, a mesma atividade é realizado pelas mulheres, sendo, então, considerado leve. Assim, conforme a autora *“o trabalho é ‘leve’ (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar”* (Paulilo, 1987:70).

Da mesma forma Brumer (2004:211), estudando o papel da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul, sintetiza que *“seu trabalho na esfera produtiva permanece praticamente invisível, tendo em vista que é praticado no interior do estabelecimento”*, e em prol dos homens, visto que são *“praticamente os únicos responsáveis pelos contatos com o exterior (contato com extensionistas, bancos, sindicato, cooperativa, firmas vendedoras de insumos e compradores)”*. A mesma autora em outro texto expõe:

[...] apesar do desenvolvimento ocorrido em inúmeras sociedades, não há indícios de que as pequenas variações encontradas na divisão do trabalho doméstico apontem para a reversão da situação que atinge globalmente todas as sociedades, no que concerne à atribuição das tarefas reprodutivas às mulheres (Brumer, 1996:56).

O desequilíbrio demográfico em algumas regiões, ocasionado pela emigração das jovens mulheres para as cidades em busca de trabalho fora da agricultura e mesmo de casamentos com indivíduos urbanos⁸, acaba suscitando fenômenos como o surgimento da figura do “solteirão”, intensificando o celibato masculino⁹.

c) A questão da renda

A despeito do avanço das políticas públicas e das maiores oportunidades de melhorias às famílias de agricultores no período recente, uma das maiores alegações dos agricultores quanto às vantagens do meio urbano, em especial dos jovens, é a menor renda em relação a que se recebe em trabalho assalariado. A ideia de uma remuneração mensal e dos direitos trabalhistas decorrentes impulsionam estratégias de saída de alguns membros das famílias.

Com a perspectiva de ver na renda uma possibilidade de manter os jovens no rural, Souza et al (2012) afirmam que *“a atividade leiteira proporciona uma renda fixa, assemelhando-se a renda urbana”* (Souza et al., 2012:15), da mesma forma outros autores concordam, ressaltando que *“o ingresso de renda mensal permite maior mobilidade econômica para os sucessores, além do planejamento de novos investimentos”* (Milani, Spanevello, Zorzi, 2012:12).

No entanto, também a respeito desse enfoque Kiyota e Perondi (2014a) ao analisar dois grupos tipificados como baixa renda e alta renda, constataram que a renda por si só não explica a questão da sucessão nas comunidades analisadas, pois os grupos não apresentaram tendências que pudessem confirmar esta relação entre renda e emigração ou renda e sucessão geracional. Nesse sentido, há concordância desse argumento em Savian (2014), que argumenta que a renda familiar pode influenciar *“na decisão e ação do jovem no dilema de ficar e sair”*, no entanto este não deve ser o único viés nesse processo, assim *“a hierarquia doméstica, valorização do urbano, questões de gênero”* (Savian, 2014:105) também podem influenciar na sucessão geracional.

d) A questão da escolaridade

Inicialmente, necessitava-se de braços para a lavoura. O cultivo era realizado ainda sem muita técnica e adotando meios mais rudimentares de produção, pois se plantava mais para o consumo do que para se obter renda. Assim, por valores culturais e por descaso do Estado brasileiro que não via como algo estratégico levar a educação ao campo, os jovens rurais deixavam a escola com poucos anos de estudos.

A diferenciação de anos de estudos entre rurais e urbanos se estabeleceu e se tornou quase que naturalizada. Sai-se da agricultura para estudar e não o contrário. Apesar disso, em geral, um filho adentrava aos estudos como estratégia compensatória ao alijamento do processo sucessório. Neste sentido, há a tendência de sair mais mulheres do que homens para estudar, estabelecendo um processo de masculinização do rural, como apontou o estudo já clássico de Camarano e Abramovay (1999). Entretanto, em alguns casos, Kiyota et al (2012) encontraram uma realidade diversa num município do Sudoeste do Paraná, ao perceberem que entre os anos de 2005 e 2010 saíram mais jovens homens do que jovens mulheres¹⁰, tanto em números absolutos quanto relativos ao total de membros de cada gênero. Além disso, sobre a ideia de quem está na cidade tem mais anos de estudos que no rural, os autores identificaram que os anos de estudos dos jovens rurais atuais tem crescido muito nos últimos anos e afirmaram *“que não houve diferença na média de escolaridade segundo o gênero entre os jovens que permaneceram e saíram das unidades de produção”* (Kiyota et al, 2012:13), apenas as jovens mulheres que se agregaram às famílias rurais apresentavam menos anos de estudo.

e) Os projetos de vida dos jovens

No período recente, devido ao maior acesso a escolaridade, de disseminação dos meios de comunicação em áreas rurais, de políticas públicas de acesso, da liberação cultural das regras

aceitas pela tradição, da diminuição do número de filhos nas famílias, entre outros fatores, os projetos de vida dos jovens passam a se impor ao projeto dos pais. Associado aos projetos de vida dos jovens em tempos recentes e à queda de índices demográficos no meio rural, algumas unidades de produção acabam sem sucessores¹¹. Nesta linha, Toledo (2008) alerta que *“já não há mecanismos seguros que garantam a permanência da juventude rural junto às propriedades dos pais”*, assim pode estar ocorrendo uma crise entre as perspectivas de vida dos pais e a dos filhos, *“o que parece demonstrar que estes não vislumbram expectativas e atrativos que venham transformar o meio rural em um local adequado para o projeto de suas vidas”* (Toledo, 2008:6).

No sentido dos mecanismos de permanência do jovem no meio rural, por outro lado, Durston (1999) afirma que o acesso à educação pode vir a contribuir para sua permanência no rural, pois esta *“expõe o jovem invariavelmente a novas ideias, tanto sobre o mundo como sobre os valores éticos e os direitos, distintas das ideias tradicionais”* de seus pais. Assim podendo modificar *“sua concepção de mundo”* e, com isso, possibilitar um novo ambiente de convívio familiar, pois *“muitos pais e dirigentes adultos valorizam a contribuição que os filhos podem dar, a partir dos conhecimentos que adquirem”* (Durston, 1999:19). Deste modo, o processo de sucessão geracional poderá se desenvolver de forma menos conflituosa.

f) A sociabilidade urbana e as transformações na identidade dos jovens

No todos los mensajes transmitidos por los medios de masas globalizados son dañinos o desorientadores para la juventud rural; también incluyen un aumento en la exposición de principios como: democracia, derechos humanos y justicia social (...) la exposición a los medios de comunicación global ha jugado en la generación de nuevas diferentes actitudes entre los habitantes rurales, mayores y jóvenes. La mayor exposición de los jóvenes a los medios de comunicación, especialmente la televisión y sus mensajes implícitos pero cargados de valores también ha tenido impactos positivos en relación a los temas de desarrollo sustentable y de uso apropiado de la tecnología (Durston, 1998:29).

A despeito das transformações da sociedade, a sucessão sempre esteve dentro de um quadro de contradições da sociabilidade capitalista, que historicamente tem colocado em oposição o campo e a cidade. E os jovens que atravessam as gerações vivem uma dupla dinâmica social, de um lado os valores de família, da comunidade e de outro, os da cidade (o mundo urbano-industrial). É neste cenário que normalmente os jovens se inserem na sociedade de forma mais geral.

No entanto, Durston (1998), na citação anterior, aponta que com o acesso aos meios de comunicação, as diferenças entre o rural e o urbano podem se tornar menores, diminuindo esta barreira entre rural e urbano¹².

g) A influência da comunidade

Neste estudo, a noção de comunidade rural aproxima-se do entendimento de Cândido (2010) de bairros rurais, que em seu estudo sobre os “caipiras paulistas”, os definiu como o “*agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas*” (Cândido, 2010:76).

Assim, as comunidades são entendidas como um agrupamento de pessoas de determinada localidade e que mantém ligações de parentesco ou de vizinhança, redes de troca, espaços de encontros, de continuidades e (des)continuidades geracionais.

Esse enfoque sobre a influência das relações sociais estabelecidas nas comunidades rurais na sucessão geracional tem sido considerado em pesquisas recentes nos estudos de Kiyota e Perondi (2014a) quando apontam que as relações sociais existentes nas comunidades rurais podem reforçar os sentimentos de pertencimento, confiança e bem estar dos jovens, tendo um papel tão importante quanto o econômico na opção dos jovens em permanecer ou não na unidade de produção da família.

h) O trabalho

A penosidade do trabalho e a falta de tecnologias poupadoras de mão de obra são fatores que podem contribuir para a saída dos jovens da agricultura. O incremento de tecnologias como forma de facilitar a vida cotidiana e as atividades que demandam maior quantidade de mão de obra, como as do leite e de aviários, por exemplo, poderiam favorecer a permanência destes.

Em época de crescente tentativa de institucionalização do que se acredita ser a agroecologia, a sucessão em propriedades que adotam modelos alternativos chama atenção por se acreditar constituir mais uma estratégia de reprodução, associada à ideia de desenvolvimento sustentável¹³.

4. A sucessão nas comunidades: sair ou ficar?

Conforme descrito anteriormente esse estudo foi realizado comparando duas comunidades rurais: a de Secção Progresso e Barra do Santana, ambas localizadas em municípios da Mesorregião Sudoeste Paranaense. Estas comunidades apresentam relações de parentesco e vizinhança oriundas de suas trajetórias. E a [Tabela 01](#), a seguir, compara as faixas etárias entre as comunidades.

[Tabela 01](#). Distribuição dos membros das famílias agrupados por faixa etária e gênero nas comunidades Secção progresso e Barra do Santana, 2013

		Criança	Jovem	Adulto	Idoso		
Idade em anos		0 a 9	10 a 24	25 a 59	60 ou mais	Total	%
Secção Progresso	Masc.	2	11	22	7	42	47

	Fem.	10	10	23	4	47	53
	Total	12	21	45	11	89	100
	%	13	24	51	12	100	
Barra do Santana	Masc.	1	8	22	11	42	55
	Fem.	2	5	23	5	35	45
	Total	3	13	45	16	77	100
	%	4	17	58	21	100	

Fonte: Pesquisa de campo, 2013 (adaptado de Kiyota; Perondi, 2014)

Observa-se na [Tabela 01](#) que a Comunidade Secção Progresso possui maior número total, bem como, mais mulheres, crianças e jovens em relação à Comunidade Barra do Santana. A segunda, por sua vez, concentra mais adultos e idosos e possui uma maior população masculina.

Em ambas as comunidades há menor quantidade de crianças e jovens em relação a adultos e idosos. E entre os potenciais sucessores dentro de um cenário, considerando a próxima década, com estes alcançando à condição de adultos (a partir dos 25 anos) e considerando apenas os nascidos até então, em ambas as comunidades esta faixa etária não conseguirá equivaler o número atual de população de adultos e idosos, o que poderá acarretar a diminuição do número de ocupação de pessoas nas comunidades estudadas.

Por outro lado, em um cenário de possíveis casamentos, considerando a população de jovens neste mesmo espaço de tempo, na Comunidade de Secção Progresso há relativo equilíbrio entre moças e rapazes, no entanto, o mesmo não ocorre na Comunidade Barra do Santana, com maior predominância masculina.

Ficar no campo não é mais atrativo do ponto de vista de quem deve despender muito esforço físico e não tem as “regalias” da jornada de trabalho de oito horas, como em muitos empregos urbanos. Esta é uma queixa constante de quem ainda vive no campo, ou seja, que as tarefas cotidianas não são limitadas no tempo ou automatizadas, principalmente, se o estabelecimento estiver associado à produção animal. Isso pode ser observado na fala do agricultor:

O motivo é assim, como diz o Anderson, cinco dias por semana, é o suficiente para eles trabalharem. Nós temos que trabalhar quantos? Oito, sete, oito, todos os dias. E outra, eles é oito hora, nós é quantas horas? Das seis da manhã às sete, oito, às dez da noite (Agricultor 2, Secção Progresso)¹⁴.

Em pesquisa realizada na França, Champagne (1986), nesse mesmo sentido da fala do agricultor, os jovens franceses entrevistados consideraram a atividade do agricultor como um trabalho

desvalorizado, expressando uma visão relativamente negativa. Entre os inconvenientes da profissão de agricultor, foram relacionados: rendas insuficientes, o trabalho penoso (necessitando trabalhar todos os dias, mesmo doente) e sem férias, entre outros.

Considerando os dados dos 50 questionários realizados nas duas comunidades, a seguir mostra-se as respostas obtidas em relação ao processo de sucessão geracional em cada comunidade.

Tabela 02: Percepções das famílias da Comunidade Secção Progresso

QUADRO DA SUCESSÃO	Sim %		Não %		Não respondeu, não sabe ou não se aplica %	
Perspectivas de futuro na agricultura	16	64	6	24	3	12
Desejo que os filhos sejam agricultores	15	60	8	32	2	8
Há a previsão de sucessor	13	52	9	36	3	12
Membro da família mudará para a cidade	10	40	13	52	2	8

Fonte: Pesquisa de campo, 2013, (adaptado de Kiyota; Perondi, 2014).

Tabela 03: Percepções das famílias da comunidade Barra do Santana

QUADRO DA SUCESSÃO	Sim %		Não %		Não respondeu, não sabe ou não se aplica %	
Perspectivas de futuro na agricultura	19	76	5	20	1	4
Desejo que os filhos sejam agricultores	17	68	4	16	4	16
Há a previsão de sucessor	14	56	9	36	2	8
Membro da família mudará para a cidade	6	24	18	72	1	4

Fonte: Pesquisa de campo, 2013, (adaptado de Kiyota; Perondi, 2014).

Na [Tabela 03](#), observa-se que 76% das famílias entrevistadas na Comunidade Barra do Santana têm perspectivas na agricultura e veem futuro para suas famílias nesta atividade, 68% das famílias manifestaram que gostariam que seus filhos seguissem na profissão de agricultor. Em 56% das unidades de produção, há a previsão de algum membro da família (filho ou outro) que darão

continuidade às atividades dos atuais gestores. Em 72% destas famílias, não há filhos ou familiares que desejam emigrar para a cidade.

Tabela 04: Percepção das duas comunidades: Secção Progresso + Barra do Santana

QUADRO DA SUCESSÃO	Sim %		Não %		Não respondeu, não sabe ou não se aplica %	
% Perspectivas de futuro na agricultura	35	70	11	22	4	8
Desejo que os filhos sejam agricultores	32	64	12	24	6	12
Há a previsão de sucessor	27	54	18	36	5	10
Membro da família mudará para a cidade	16	32	31	62	3	6

Fonte: pesquisa de campo dos autores, 2013.

Considerando as cinquenta famílias nas duas comunidades, conforme mostra a [Tabela 04](#), observa-se que, a perspectiva de futuro em relação à agricultura e o desejo de que os filhos sucedam os pais apresentam-se numericamente superiores em relação à perspectiva negativa.

Na previsão de sucessor há também ligeira margem positiva em relação às famílias que não apresentaram perspectiva de permanência de algum membro da família. Apenas na variável de manifesto desejo de algum membro da família emigrar para a cidade há predominância de maior número em relação aos que não manifestam interesse de emigrar.

Apesar das entrevistas serem realizadas com a família, as falas foram centralizadas pelos pais, com raras exceções de filhos responderem alguma das questões. Assim, na análise das duas primeiras variáveis em relação às duas últimas, as perspectivas de futuro e o desejo de que haja sucessores é manifesto por parte dos pais. Entretanto, a previsão de sucessor e o manifesto desejo de algum membro da família emigrar para a cidade, foi considerado na perspectiva manifesta dos filhos.

Portanto, considerando-se as quatro variáveis observadas na [Tabela 04](#), não houve correspondência total entre o desejo dos pais e a possibilidade de sucessor ou dos que pretendem emigrar.

Esses números podem indicar que a atratividade das cidades representa um empobrecimento das perspectivas de sucessão nas famílias. Entretanto, Menezes (2012:113) afirma que as emigrações de jovens podem ter uma dupla face e, que *“pode expressar uma saída definitiva do meio rural, mas, também, gerar meios para que eles permaneçam em suas localidades”*. Assim, os dados da [Tabela 04](#) também poderiam antever um processo de emigração, que como adverte Silva (2001:290) pode

ser “*como uma abertura*”, um processo dinâmico, de desenvolvimento de um cenário de idas e vindas.

5. Os argumentos daqueles que procuram emigrar: por que sair?

Em 16 famílias das duas comunidades (ou 32% do total das 50 famílias) existe a manifestação de um dos familiares em emigrar para a cidade e os principais motivos apresentados, pelos filhos (ou pais idosos) para a emigração são expressos nas seguintes falas:

- “não gosta do serviço do interior” para os filhos mais novos;
- “pela facilidade de estudar e possibilidade de ascensão social”, para as filhas;
- De modo mais genérico, pela “saúde, a agricultura mexe muito com veneno”;
- ou “por causa de mordomia da cidade, pelo salário que, estando empregado, faça chuva ou faça sol, sairá ao final do mês trabalhado”.

Segundo Strapasolas (2011:29) o dilema de “ficar ou sair”, entre outros que ocorrem na vida daqueles que ainda vivem no campo, “*não resultam apenas de fatores endógenos às famílias agricultoras, mas são também influenciados pelas consequências de problemas estruturais ainda não resolvidos no mundo rural*”, neste caso, por exemplo, o acesso a tecnologias poupadoras de mão de obra, que se impõe pelo novo padrão da agricultura, mas geralmente não são adequadas a agricultores com áreas menores e atividades mais diversificadas.

Na maior parte das regiões produtoras do país, incluindo o Sudoeste Paranaense, a agricultura vive uma nova sociabilidade mercantil que difunde novos comportamentos sociais ou práticas sociais, transformando a própria sociedade, que passa a responder “*a um processo de multiplicação de mercados e de monetização da vida social*” (Buainain, et al, 2013:112). Desta forma, esta nova sociabilidade mercantil pode ser entendida “*como um modo de vida moldado por múltiplas interações entre a expansão do mercado, estrutura e valores coletivos do mundo da vida social e política social governamental*” (Streeck, 2012:4, tradução nossa).

Assim, há uma tensão entre o modo de vida rural e o urbano e neste cenário, onde o imaginário urbano permeia o do rural, muitos jovens não desejam mais ficar na unidade de produção familiar. Weisheimer (2011) tendo realizado estudo no Rio Grande do Sul constatou que a construção dos projetos profissionais dos jovens agricultores “*é marcada por uma baixa autonomia material e uma distribuição desigual de recursos entre os sexos e as idades*”, este pode ser um dos fatores encontrados entre as dificuldades para manter os jovens no campo, pois segundo o autor “*É a partir destas condições materiais que se realizam os processos de socialização dos jovens agricultores*” (Weisheimer, 2011:189).

Na mesma pesquisa, o autor afirma que as jovens mulheres geralmente relegadas a trabalhos tidos como “ajuda” não se identificam com projetos do meio rural, a não ser na condição de esposa de um agricultor. Sendo estimuladas a estudar, se socializam com trabalhos fora da agricultura (Weisheimer,

2011), desta forma, aciona-se um mecanismo perverso, um círculo vicioso, pois *“quem estuda quer sair; quem não estuda não tem outra alternativa que não seja ficar”* (Stropasolas, 2011a: 27), desta forma, todas essas questões podem estar colocando em risco aquilo que Levi (2000), chama de “herança imaterial”.

Por outro lado, Kiyota, Perondi e Valandro (2013) constataram que isso é confirmado pela população predominantemente masculina, mas que este processo pode apresentar mudanças no decorrer do tempo. Num estudo com famílias do município de Itapejara d'Oeste, PR, entre os anos 2005 e 2010, os autores constataram que, numa população com 54% do gênero masculino, os homens representam 60% daqueles que trocaram o rural pelo urbano ou 58%, caso se considerem apenas os jovens entre 10 e 24 anos. Também verificaram que *“a superioridade da escolaridade média geral e em quase todas as faixas etárias dos membros que permaneceram nas unidades de produção”* (Kiyota, Perondi, Valandro, 2013:9 e 11), portanto, apresentaram um cenário diferente de Stropasolas (2011a).

A pesquisa de Kiyota, Perondi e Valandro (2013) aponta, portanto, uma dupla inversão do que era quase senso comum nos estudos acadêmicos, ou seja, que o agricultor que ficava no rural eram homens de baixa escolaridade, mas, no estudo desses autores, os homens saem mais e os que ficam tem maior escolaridade.

O próprio ambiente da escola pode contribuir para essa tensão entre o rural e urbano (Souza, Pinho e Meireles, 2012), gerando estereótipos, diferenciando quem é agricultor, como na fala de um dos agricultores na sessão de grupo focal:

Eu penso que é uma questão de cultura, começa lá na escola. Infelizmente. A maioria sofreu com isso, eu sofri com isso. Porque é a partir lá do colégio: onde você mora? Que você faz? Eu sou filho de agricultor. Opa! Um filho de empresário nunca vai ser amigo de um filho de agricultor. Usa roupa um pouco diferente, eu acho que começa lá. Na educação lá no início. A criança já sai, no colégio pensando 'eu quero ser médico, eu quer ser dono de uma loja, não sei o quê. É poucos que dizem que querem ficar na lavoura por eu gosto, porque é uma atividade bem vista. Eu penso que começa lá. Eu fiquei na lavoura, eu gostei, realmente das lidas eu gostava. E quando eu quase saí de lá, quando me formei no colégio agrícola, tive uma proposta para trabalhar no Banco do Brasil, eu balancei pra ir também, daí eu, novamente o pai não tava muito legal de saúde e eu, com a proposta também, acabei ficando. Mas eu sentia muito isso, a vontade assim, até nos meus colegas, quem começou junto comigo, chegava lá no final do 2º grau, enxergando as pessoas se divertindo, a vida diferente que eles levam, como falaram, trabalha cinco dias por semana, tem a folga, tem férias, isso o agricultor não tem. Além de ter uma visão diferente das outras pessoas, enxergarem a gente diferente (Agricultor 1, Secção Progresso).

Os agricultores que tem como estratégia de aviários integrados ou produção de leite, alegam ter uma sobrecarga de trabalho aliada a quantificação do tempo, tal como em atividades assalariadas, com o tempo cronológico e não mais o da natureza¹⁵, fez com que o tempo da “ditadura do relógio” chegasse ao campo e, de forma ainda mais intensificada, mantendo o agricultor muito para além das oito horas diárias tais como as desempenhadas normalmente por trabalhadores nas cidades, como exposto na fala do agricultor: *“Na agricultura se tu quer fica ali, tem que botar o peito. Tanto, que nem aviário, vacas de leite ou quê, isso vem ser, tipo um presídio”* (Agricultor 4, Secção Progresso).

Na agricultura familiar integrada em aves ou mesmo no leite há maior dispêndio de tempo de trabalho e aproveita-se deste de diversas formas ao passar a ter um compromisso e rigor maior no cuidado de determinadas atividades, tais como, em aviários integrados ou a ordenha e trato das vacas no caso do leite. Assim, sentem-se “presos” a este tipo de trabalho, sem conseguir se “libertar” para outros ofícios e mesmo para o lazer.

Além disso, muitas famílias são impossibilitadas de adquirir máquinas e equipamentos que poderiam poupar seu tempo de trabalho e diminuir a penosidade na execução das atividades, comprometendo ainda mais a saúde e a qualidade de vida daqueles que atuam nas atividades agrícolas.

Esses fatores, somados à conjuntura de disponibilidade de empregos no meio urbano, faz com que a emigração para os centros urbanos, torne a continuidade na unidade de produção uma alternativa ainda menos provável por parte dos jovens. Como pode ser observado nos comentários da agricultora:

O que muda isso é a oferta de emprego. Na lavoura, não sei se alguns de vocês trabalharam? Mas é sofrido. Seja com máquina, seja com que for, seja trabalhar com aviário, seja trabalhar com máquina, isso tudo é sofrido. Uma pessoa que está empregada, já é diferente, lá ele não pega no pesado, ele não vai ao sol quente, e tem muita oferta de emprego. Então todo mundo vai praquela lado. Vamos e viemos, hoje em dia a piazada ninguém gosta de trabalhar. Aqui no interior as crianças, jovens mesmo, não gostam de trabalhar, eles gostam dessa vida boa. (Agricultora 1, Secção Progresso).

A perspectiva de “vida boa” exposta pela agricultora, se inicia na escola, especialmente se o jovem rural for estudar em escola localizada na área urbana, como foi ilustrado no trecho da entrevista de outro agricultor, que aponta as possibilidades diferenciadas de acesso ao lazer entre os jovens urbanos e rurais:

Quando eu estudava (...) no colégio lá em Beltrão, meus amigos na sexta-feira não ficava um na sala, iam fazer festa. Mas eu tinha uma inveja bruta daquilo. Uma vontade de chutar o balde. Eu quero viver essa vida também. Mas e todo mundo vai cultivando isso, a pessoa vai pensando (Agricultor 1, Secção Progresso).

Analisando a atratividade das cidades sobre os jovens rurais, pode-se trazer a tona a reflexão de Lefebvre (1999) quando este autor afirma que *“O urbano é possível, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele. Para atingi-lo, isto é, para realizá-lo, é preciso em princípio contornar ou romper os obstáculos que atualmente o tornam impossível”* (Lefebvre, 1999:28).

Entre aqueles que eram das cidades e apostam no campo, a sorte tem sido semelhante, ou seja, estes buscam uma vida diferente no rural, mas ao sofrer alguns reveses, muitos acabam retornando para os centros urbanos:

A gente tem uma visão, aquela pessoa que está na cidade pensa que o interior é tão bom, que é livre e tal. Sabe, compra um terreninho e vem aqui e fica um ano mais ou menos e ó de volta. Porque não se dá bem, digo planto ali e não colheu, ah que ele vai arrisca de novo? Não, volta para cidade já (Agricultor 3, Secção Progresso).

Por que tem alguns jovens que saem e querem voltar? Segundo os agricultores, há a estratégia em algumas famílias de filhos trabalharem na cidade e continuar morando na casa dos pais. A vantagem nesse caso, se restringe, conforme o relato do agricultor, ao jovem que saiu e não aos pais: *“Ele trabalha na cidade, ele só volta come e dorme em casa”* (Agricultor 2, Secção Progresso).

E nesta situação transitória, entre apostar em ficar ou sair, um agricultor relata o caso de uma família que os filhos saíram e se encontram em melhores condições de vida do que os pais:

Dá pra ver aquele do T... lá, o D.... O pai dele está na roça, mas os filhos, mas não quis nenhum. Tem dois (faz gesto de que se foram), estão na cidade. O pai dele tava querendo construí um aviário, daí mais certo que ele desistiu, comprou um lote na cidade e construiu duas casa. E os filho foram trabalhar na cidade, passa a vida bem melhor, os filhos do que o pai¹⁶ (Agricultor 7, Secção Progresso).

Muitos agricultores exaltam a segurança que a regularidade trabalhista pode propiciar, alheio às dificuldades que, muitas vezes, mesmo nas cidades, os assalariados vivenciam. O agricultor associa esta vida como melhor que aquela que ele tem, sem a regularização da carteira assinada, por exemplo: *“Tu tem carteira assinada, tem médico”* (Agricultor 6, Secção Progresso).

Além disso, alguns apontam razões de insegurança que pairam sobre a agricultura, como o clima e em decorrência disso, a ausência de políticas públicas de seguro ou que possam vir a sanar os prejuízos estão entre os fatores que desestimulam a permanência no rural, tal como exposto na fala:

A gente depende muito do setor climático. Não é só um, nem dois, talvez pensa que vai, se dá mais ou menos bem, dá trinta dias de sol, se foi, sabe. Na cidade nem vê, está tão bom não chove, vamos passear. (...) Por isso que o jovem, se ele trabalha de empregado, já digamos, ele recebe todo mês, está com o dinheirinho no bolso, não tem problema de perder. Se ganha a conta ele põe no pau, leva mais uma vantagem dali. E nós aqui é sofrido, pode

dizer quantas vezes a gente pensou de se dá bem e deu trinta dias de sol, nem precisa talvez? (...) Quanto de nós, planta em vargem e deu enchente mais ou menos aí. Pronto, se foi, acabou. É que nem jogar água no fogo, sabe? (Agricultor 3, Secção Progresso).

Estimular os filhos a permanecer ou não? Segundo alguns agricultores é melhor não estimular. As razões para estes são materiais, de propiciar condições de aquisição de bens de consumo e serviços¹⁷, tais como o filho poder ter um automóvel, ou mesmo poder frequentar espaços de socialização, desfrutar de lazer como os outros:

E, eu acho que não tem como incentivar o filho a ficar no interior. Porque ele quer, ter um baile pra ir, não tem dinheiro pra ir, não tem dinheiro para dar para ele, ele tem que ir a pé por que não tem um carro. Se está trabalhando tem o salariozinho, já dá pra comprar um carro, tem sempre o dinheiro pra sair no fim de semana. E aí como que tu vai ficar aí? Depois tu não consegue dar isso pra ele (Agricultor 5, Secção Progresso).

Nessa perspectiva, Carneiro (2007) afirma que estão ocorrendo novas demandas entre os jovens rurais, semelhantes aos dos jovens urbanos. Um exemplo disso seria a simples aquisição de uma motocicleta, que *“permite ampliar o espaço de sociabilidade para além dos limites de suas próprias localidades de origem”*, bem como *“a aquisição de roupas e complementos, de aparelhos de som e outros bens materiais, os tornam mais atraentes e podem facilitar o namoro e casamentos futuros”* (Carneiro, 2007:60).

Nesse sentido, é importante lembrar as palavras de Ploeg (2014:8-9) de *“que os pais trabalham para filhos e filhas. Querem dar à geração seguinte um ponto de partida sólido, dentro ou fora da agricultura”*. Assim, o processo sucessório e as escolhas que podem advir dele, são em essência processos de desenvolvimento, escolhas visando o melhor para os filhos e a família.

Sobre jovens da região Sul do Brasil, Brumer (2007) afirma que, em essência as reivindicações destes são o *“acesso a uma renda própria, cujos recursos eles possam decidir utilizar; e autonomia em relação aos pais”* (Brumer, 2007:39). Desta forma, frente ao desejo deles, se o processo sucessório não tiver as condições adequadas para êxito, os pais irão desestimular a permanência dos jovens.

Também, entre o ficar e sair há o saudosismo pelas relações de comunidade, pois a cada um que sai, a comunidade diminui e com isso as relações que antes eram mais próximas, se distanciam e as relações mais individuais características do meio urbano também ganham espaço no rural. Isto é explanado por uma jovem, uma agricultora e um agricultor, ou seja, como as diferentes gerações e os gêneros veem a entrada de outras sociabilidades e a perda de referenciais que antes os tornavam mais próximos, em comunidade: *“Mas a gente não se reúne espontaneamente. Não existe, ir à casa dos outros é muito difícil. Em muitas casas, eu nunca fui, nunca”* (Agricultora 1, Barra do Santana).

Na minha época tinha bastante piazada da minha idade que agora eu não vejo mais nenhum. (...) E hoje eu venho aqui, os meus amigos, a M., a C., a S., são sabe, são as mulheres. Eu não tenho mais gente da minha idade (jovem Agricultora 2, Barra do Santana).

A capelinha vinha, 30 dia eram 30 moradores. Má todo dia de noite o terço numa casa, os 30. (...) Uma diferença de hoje (...) o mundo é o mesmo, o pessoal mudou” (Agricultor 4, Barra do Santana).

Talvez, os tempos de *“vida social de conjunto, íntima, interior e exclusiva”*(Brancaleone, 2008:99) ou como visto por Tönnies (1973), em sua definição de comunidade, isto é, no sentido de vizinhança, como comunidade de destino, identitária, como reclamado pela agricultora, só exista no saudosismo e a sua contrapartida, as relações societárias (a sociedade em geral) passem a prevalecer. aquela relação da *“consciência da dependência mútua determinada pelas condições da vida comum, pelo espaço compartilhado e pelo parentesco”* (Brancaleone, 2008:100), esteja em vias de desaparecer, dada pela rotatividade na comunidade, ou seja, a entrada de novos moradores.

Assim se perde aquilo que Wanderley (2009b:318) diz a respeito da sociabilidade local, que se afirma *“pela memória coletiva, dos indivíduos, famílias e grupos sociais e que também funciona como elemento constitutivo de uma identidade local”*.

Por fim, destaca-se que alguns agricultores colocam as dificuldades gerais alheias ao seu escopo de comando, muitas vezes conjunturais, como algo que pode ser evitado e preocupam-se em não deixar *“a pobreza como legado”* (Neves, 2001), procurando deixar a herança de uma *“vida boa”*, de uma *“vida normal”*: *“E tem casa, e conseguiram ter ora, ter uma vida normal, sabe? (...) Que nem eu, já faz trinta ano de casado e olha que nunca foi de esbanjar, tem todo mundo de prova ali, a gente só penso em anda pra frente, sabe. Mas não é fácil”* (Agricultor 3, Secção Progresso).

A seguir faz-se a contrapartida, mostra-se do por que esses agricultores podem continuar no meio rural, voltar e mesmo estimular os jovens a permanecer.

6. Os argumentos daqueles que procuram suceder: por que ficar?

Se entre as razões apresentadas para sair estavam o conflito entre o rural e o urbano e a escola contribuía para isso, ou seja, criando identidades diferentes, sugerindo estereótipos entre os jovens que eram agricultores, sendo visto de forma a sentir até vergonha como exposto na fala transcrita anteriormente, nesta fala a seguir, o agricultor mostra que a realidade mudou, afirmando que hoje o filho de agricultor é olhado de forma diferente. Ser agricultor passou a ser valorizado pela sociedade:

Hoje nós do interior somos visto de uma maneira diferente de antigamente. Antigamente eles chamavam os colonos e tratavam com desprezo, porque a gente vivia numa situação mais difícil ainda do que agora. Hoje já o agricultor, ele trabalha, ele tem um pedacinho de terra, ele quer fazer alguma coisa ele tem condição de ter um carro novo igual ao pessoal da cidade

tem, ele tem condição de se vestir igual, ele tem condição de frequentar a sociedade da mesma forma e, ainda eu acho assim que nós do interior temos a vantagem, pra constituir uma família temos mais qualidade para oferecer pros filhos do que na cidade, mais liberdade, mais segurança. E conseguimos fazer assim com que assegure de uma forma melhor. Conseguimos controlar a companhia, então eu sempre vejo por esse lado e eu dou mais valor a isso. A liberdade, o espaço, a tranquilidade. E hoje, então eu vejo assim que a sociedade nos vê de uma maneira diferente do que há uns trinta anos atrás, nós éramos desprezados, na aula assim nós éramos diferenciados, por ser do interior e, aquilo me envergonhava. Hoje eu vejo assim que meus filhos não precisam se envergonhar em lugar nenhum porque é filho de agricultor, porque mora no interior. E assim eu vejo com todos os demais. E isso a gente tem que lembrar que era diferente, nós também agíamos de uma forma diferente. Hoje a tecnologia, a agricultura se tornou forte; hoje ser agricultor é um orgulho (Agricultor 1, Barra do Santana).

Há na fala do agricultor a percepção e a análise da conjuntura da agricultura atual, ou seja, diferentemente de seu pai (avô da geração que busca a sucessão geracional) que vivenciou tempos com maiores dificuldades, este colhe os louros desta época onde a “profissão” de agricultor logrou maior êxito especialmente pelo acesso a políticas públicas (de forma ampliada, a mais agricultores), o que têm tornado a vida no campo mais atrativa em relação a geração de seus pais. Além disso, esta geração obteve o acesso a renda mensal (nestas comunidades, principalmente a partir das estratégias do leite e dos aviários) e com ela a possibilidade de melhorias nas condições de vida via aquisição de serviços e bens de consumo antes reservados mais aos cidadãos, condições de ingresso a cidadania plena. Há enfim, nas duas gerações (a dos pais do agricultor que fala e a sua) e na que se aproxima da sucessão (a 3ª geração, os netos), possibilidades outras, mundos e perspectivas que se apresentaram nas fotografias de dois tempos, pois a agricultura se transformou neste interregno.

A partir destas condições, o agricultor se permite vislumbrar qualidade de vida quiçá superior a dos moradores das cidades, mesmo que a sombra da penosidade permaneça ao menos em algumas das tarefas diárias de quem vive no campo: *“Na verdade se não fosse, assim, o excesso de trabalho, a qualidade de vida seria muito boa. Tem o que quer, faz o que gosta. Nós, eu desde pequeno, a gente só fez isso”* (Agricultor 1, Barra do Santana).

Trabalhar na agricultura apesar das condições de exposição às tarefas que exigem força, desgaste muscular e cansaço, acaba sendo melhor do que nas cidades, de forma assalariada, pois muitas vezes a remuneração é muito baixa, como expõe o agricultor: *“Principalmente os jovens, criticam o interior, muitas vezes, criticam o interior e saem e vão trabalhar, por exemplo, aí numa firma aí ganhando R\$ 800,00. Aquilo não dá pra se manter”* (Agricultor 2, Barra do Santana).

Muitas vezes, como afirmou o agricultor, são os jovens que vislumbram melhores perspectivas de condições de vida e de trabalho nas cidades, mas muitas vezes quando lá se dirigem, acabam por

ser mal remunerados. Desta forma, segundo ele, se sair é importante que seja com boa remuneração para que se possa fazer poupança e voltar ao campo, como foi a sua história. Este agricultor saiu da unidade da família recém-casado e trabalhou alguns anos como caseiro de uma casa de praia no litoral da cidade de Santos, estado de São Paulo:

Na defesa de sair, guardar dinheiro e voltar: “A vida passa tão depressa e se tu ficar sentado esperando alguma coisa cair do céu, não vai cair! Tu tem que correr atrás, porque quando vê, tu também está com uma certa idade e daí tu já não consegue mais nada (Agricultor 2, Barra do Santana).

Depois de ter voltado para morar na propriedade conjunta com o sogro, empregando a poupança ganha no trabalho no litoral paulista, ele relembra que as condições em que a família trabalhava anteriormente com leite eram difíceis. As vacas rendiam em média quatro a cinco litros por dia e eram tratadas a pasto. A renda era ainda insuficiente para a manutenção da família, assim, ele resolveu ir trabalhar em um frigorífico de aves em outro município da região e, posteriormente, foi para o litoral de São Paulo exercer a função de caseiro de casa de praia. Ficou nesta função por nove anos, há três anos retornou ao município e passou a trabalhar com leite junto com o sogro. Em seu depoimento, compara a vida de agricultor antes, durante e depois do período em que trabalhou como caseiro:

Eu acho que eu tenho mais renda aqui hoje do que lá. (...) Olha eu acho assim, é, trabalhar tu tem que trabalhar pra sobreviver. Lá eu trabalhava muito menos do que eu trabalho aqui, eu acho que lá eu trabalhava vinte por cento, trinta por cento do que eu trabalho aqui. (...) E aqui não, aqui você trabalha um dia todo, mas você sabe que chega a noite você vai estar na sua casa e você vai estar tranquilo, no final de semana também (Agricultor 2, Barra do Santana).

As razões de estar, voltar ou permanecer no rural estão expostas, em parte, na fala do agricultor que aponta vantagens na possibilidade de se manter na atividade que deseja, de estar bem, com a família, enfim, as relações de comunidade, tais como demonstrado em Kiyota e Perondi (2014a), se tornam importantes. Nesse mesmo sentido, Carneiro (2007) afirma que o fato de voltar ao rural ou permanecer nele:

[...] não significa necessariamente uma derrota ou um fracasso para o jovem, mas pode ser resultado de uma escolha motivada pelo desejo de manter um padrão de vida possibilitado pelo fato de morar com a família, junto de amigos e parentes, compartilhando os mesmos códigos e valores, mas também ter acesso a determinados bens materiais e simbólicos que, até recentemente, só eram disponíveis nas cidades (CARNEIRO, 2007:60).

Nesta mesma linha e associada à ideia de que as condições atuais na agricultura são melhores em relação ao período em que se casou, a agricultora trás outro elemento que pode estar permitindo que os agricultores fiquem até mesmo em melhores condições na atividade agrícola:

Mas o que faz ficar, eu acho que é o lucro. (...) a renda. Pois se não tivesse a renda qualquer um ia dá conta de fazer outra coisa. (...) mesmo que só fez isso na vida, mas não tivesse essa produção, ele com certeza estaria fazendo outra coisa (Agricultora 1, Barra do Santana).

Esta agricultora é também professora de História e, comenta que no início, como exposto em sua fala anterior, esta atividade praticamente sustentava a casa:

Na época que a gente casou, isso aqui, a agricultura era muito difícil. Apesar de nós se mandar, a produção era muito pequena, mas muito difícil mesmo. Meu salário era o dono da casa naquela época (...) tem que trabalhar muito, mas tu trabalha no que é teu, o que é bem diferente de você trabalhar no dos outro (Agricultora 1, Barra do Santana).

Ilustrando essa passagem, a entrada na atividade leiteira, conforme relatam os agricultores, trouxe-lhes a perspectiva da renda mensal. Assim, afirmam que agora é diferente de sua época, pois tinham mais tempo, mas não tinham renda.

A geração dos pais aprendeu a conquistar a renda através do leite e, a partir dessa renda, passou a conquistar melhores condições de vida, crescendo mais conforto em casa. Especialmente no acesso a bens de consumo doméstico e a serviços, tais como telefonia, entretenimento e internet presentes em quase todos os domicílios que, assim, propiciam também lazer e acesso à informação aos jovens sem a necessidade de deslocamento às cidades.

Ploeg (2008) sugere que, a partir dos recursos disponíveis, as famílias perseveram (persistindo na atividade) e, em longo prazo, isto poderá ser convertido *“em uma pensão para a geração sênior, bem como em um ponto de partida para a geração mais nova que toma as rédeas”* (Ploeg, 2008:70). Resta saber se estes jovens estão dispostos a continuar na estratégia de seus pais, pois esta se deu a custa de muito trabalho, mas agora se tem renda.

Ainda que as perspectivas atuais sejam positivas, frente às dificuldades de sucessão e ao encarecimento da mão-de-obra no meio rural e, também, pela quase ausência de prestadores de serviços, os agricultores envelhecidos estão cientes de que deverão reduzir a área plantada e adotar estratégias outras para se manterem no meio, tal como afirmam os agricultores: *“Eu vou fazer o que eu puder (...) O que eu posso fazer eu vou tocar”* (Agricultor 3, Barra do Santana). *“Moro no interior, mas sou patrão”* (Agricultor 1, Barra do Santana).

Por fim, mediante a satisfação de poder ser ouvido nesta perspectiva da sucessão geracional, um dos agricultores expõe que faltam políticas públicas, ou seja, uma ação do Estado nesse sentido. Mas também revela que percebe esta ausência diferentemente de como se enxergava anos atrás, que a profissão de agricultor está valorizada:

Se um filho de agricultor, meu piá, se ele quisesse financiar uma casa só se ele for pro urbano, aqui no interior não tem, se ele quisesse morar lá daí ele consegue, lá no loteamento

lá encima do calçamento ele consegue financiar a casa própria, agora se ele quisesse ficar aqui no interior morando aqui perto construindo a casinha, começa, o começo que é difícil não tem. Então o governo não está apoiando o jovem ficar no interior, ele está apoiando é na cidade, porque hoje tem 'minha casa, minha vida' tem tudo, mas, na cidade (Agricultor 1, Barra do Santana).

Nós temos as nossas dificuldades, mas também sabemos que o país também precisa daquilo que nós fizemos, o país precisa comer. Nós produzimos comida, então tudo que vier nos ajudar, com certeza ajudará a todos (Agricultor 1, Barra do Santana).

Assim, permanecer no estabelecimento familiar transformou-se em possibilidade – apesar das dificuldades que permanecem em alguns aspectos ressaltados na sessão anterior – ancorada na conjuntura atual, no padrão de agricultura que se estabeleceu no período recente, nas políticas públicas e na dinamicidade que vêm caracterizando as regiões rurais brasileiras, em especial a da região desta pesquisa.

Na sessão final, apresentar-se-á as conclusões possíveis sobre o balanço entre o sair e o ficar no meio rural frente às condições de sucessão geracional nas duas comunidades estudadas.

7. Considerações finais

Nas duas comunidades rurais há mais pais querendo que algum de seus filhos o sucedam em relação àqueles que acham melhor que os filhos busquem alternativas. Entretanto, apenas a metade das famílias já tem assegurada o seu sucessor e 36% não tem um membro que queira assumir a unidade de produção.

Constatou-se que os agricultores entrevistados na comunidade Secção Progresso manifestam maiores preocupações quanto ao seu futuro na agricultura e elencam mais razões para que seus filhos não permaneçam no meio rural. Bem como, estão entre os que menos estimulam a permanência dos jovens como agricultores em relação à comunidade Barra do Santana.

A perspectiva mais otimista em Barra do Santana pode ser explicada por algumas diferenças em relação à outra comunidade. Nesta há o predomínio de atividades centradas no sistema de produção de leite e grãos, com geração de renda mensal, ao contrário do que ocorre com a produção de aves, por exemplo. Além disso, Barra do Santana apresenta uma perspectiva mais familiar de trabalho, assim, necessita de mais mão-de-obra, com a participação de toda a família nesse processo.

A partir desses indícios de que diferentes estratégias de produção entre as comunidades podem influir na sucessão geracional, percebe-se também nos relatos de retorno na comunidade uma maior propensão em retornar para trabalhar na atividade leiteira. Apostam em atividades que possibilitam acesso a renda mensal, como a da produção de leite. Há também relatos de filhos que saem para

estudar para ampliar a possibilidade de agregar mais renda por área ou mão de obra. Além disso, muitos apostam nas rendas não-agrícolas no meio rural para a geração de prováveis sucessores.

Porém, talvez o principal aspecto que explique a perspectiva mais otimista de uma comunidade para a outra, seja a permanência de fortes laços de comunidade em Barra do Santana.

A partir desses dados, os questionamentos sobre o futuro da agricultura familiar de pequeno porte econômico na região Sudoeste do Paraná e no país permanecem, desafiando os pesquisadores a realizar novos estudos sobre o processo de sucessão geracional em busca de subsídios para o enfrentamento dessa problemática na agricultura brasileira.

Notas

1 Considera-se a sucessão “*como a transferência de poder e do patrimônio entre gerações no âmbito da produção agrícola familiar*”, isto é, com “*a retirada paulatina das gerações mais idosas da gestão do estabelecimento e a formação profissional de um novo agricultor*” (Stropasolas, 2011a:26).

2 O projeto “Os estabelecimentos rurais de menor porte sob gestão familiar e a estratégia institucional da Embrapa: diversidade social, dinâmicas produtivas e desenvolvimento tecnológico” é coordenado pela EMBRAPA e envolve outras instituições sediadas em onze estados brasileiros nos quais foram realizadas as pesquisas de campo (Navarro, 2013). A partir desta pesquisa se gerou a dissertação de Kischener (2015), no entanto, a produção do artigo é anterior a da dissertação e, parte deste foi incorporada à última.

3 Inspirados na metodologia utilizada por Perondi (2007).

4 Sobre as sessões de grupo focal, consulte-se Borges e Santos (2005) e Marques e Rocha (2006).

5 O debate internacional sobre a perspectiva da sucessão em outros países ou na teoria, de forma sintética, pode ser conferida, entre outros, em: Champagne (1986) na França, Wall (1988) em Portugal, Mannheim (1993) no plano teórico, Hervieu (1996) na França, com os jovens rurais no México e no Brasil Durston (1998 e 1999), Roibal et al (2004) com a perspectiva de mostrar algumas pesquisas recentes na Europa, Palacios (2005) no Japão, Poveda (2005) no México, Ploeg (2008 e 2014) em compilação mundial, Méndez (1999); Alcaide, Zapatero e Jiménez (2010) e García, Sánchez e Sobrino (2011) na Espanha.

6 A respeito dessa perspectiva de análise, conferir entre outros, Nerder e Filho (2001), Mello et al (2003), Souza (2002), Enderle (2005), Comerford (2007), Andreazza (2008), Brumer e Anjos (2008), Pedroza (2009), Chemin e Ahlert (2010), Zarias (2010), Flores Jr. e Grisci (2012), Kiyota, Perondi e Vieira (2012), Mendonça et al (2013), Franzen (2014) e Kischener (2015).

7 Leanza (2000) cita a carta de *ametade* (das Ordenações Filipinas), que prevaleceu durante o período colonial que por força da União Ibérica se estendeu a Portugal e, conseqüentemente, ao Brasil, mas que foi utilizada até recentemente.

8 A reestruturação produtiva impactará sobre esses emigrantes, conferir a respeito (Silva, 2001). No entanto a autora não vê a exclusão que este processo causa como apenas negativo, desta forma entende a “[e]migração como uma abertura, como caminho para novos ciclos que se abrem e se fecham constantemente” (Silva, 2001:290, com acréscimo).

[9](#) Sobre essa temática, conferir entre outros, Brumer (1996 e 2004), Camarano e Abramovay (1999), Perondi e Ribeiro (2000), Stropasolas (2004), Aguiar e Stropasolas (2010), Sales (2010), Scott (2010), Spanevello e Lago (2010), Costa (2013) e Kischener (2015).

[10](#) Com a escolaridade sendo um dos fatores envolvidos na sucessão, ver entre outros, Abramovay et al (1998), Camarano e Abramovay (1999), Mello et al (2003), Cordeiro (2009), Stropasolas (2011a), Kiyota et al (2012), Kiyota, Perondi e Valandro (2013) e Kischener (2015).

[11](#) A esse respeito, conferir entre outros, Durston (1999), Ferrari et al (2004), Wanderley (2007), Spanevello e Lago (2008), Toledo (2008), Paulo (2010), Sales (2010), Wheisheimer (2011 e 2013), Costa, Bezerra e Mendonça (2012) e Kischener (2015).

[12](#) Tendo a renda como enfoque da análise no processo sucessório, ver entre outros, Comassetto e Savoldi (2012), Guimarães, Cunha e Froehlich (2012), Kiyota et al (2012), Milani, Spanevello e Zorzi (2012), Souza et al (2012), Chechi et al (2013), Costa e Ralisch (2013), Rocha e Almeida (2013), Kiyota e Perondi (2014a e 2014b), Savian (2014).

[13](#) A esse respeito, conferir, por exemplo, Oliveira e Schneider (2009) e Pasqualotto et al (2011).

[14](#) Os nomes dos agricultores, que fizeram parte da pesquisa de campo, foram preservados e optou-se por numerá-los, mantendo a identificação da comunidade a que estes pertencem.

[15](#) O tempo que em geral rege as relações de trabalho, especialmente, na agricultura familiar. Por exemplo: a prática de se realizar atividades até que se tenha a luz solar e não condicionado pela quantificação das horas no dia a dia Nesse sentido, Elias (1998:16) afirma que “*Os instrumentos de medição do tempo, seja qual for a sua natureza, sempre transmitem mensagens*”.

[16](#) Nesse sentido, Scott (2009) argumenta que se deve entender a família para além do que se enxerga nela, e assim, segundo a autora, entender que “*as discussões relativas à família não podem limitar-se a uma análise da componente demográfica ou variável relativa à coresidência. Elas não dão conta da complexidade do universo da família que tece teias que vão além dos limites dos vínculos biológicos primários e da convivência sob o mesmo teto*” (Scott, 2009:24).

[17](#) Tal como defendido em Wanderley (2009a:80), que a integração do rural à sociedade urbano-industrial, acaba gerando o sentido do reconhecimento dos habitantes do rural como cidadãos. Desta forma “*o acesso a bens e serviços vem a ser a manifestação concreta do exercício da cidadania*”. A respeito do longo caminho em direção à cidadania em uma perspectiva histórica, ver Carvalho (2009).

Referências bibliográficas

Abramovay, R. et al. (2008). *Juventude e agricultura familiar*. desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco.

Aguiar, V. V. P.; Stropasolas, V. L. (2010). As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: Scott, P.; Cordeiro, R.; Menezes, M. (Orgs.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Editora Mulheres, 157-181.

Alcaide, J. J. R.; Zapatero, M. R.; Jiménez, M. R. (2010). Sucesión en tiempos de crises. *Cuadernos de Reflexión*, nº 11, oct.

Brancaleone, C. (2008). Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. *Revista de Ciências Sociais*, v. 39, n. 1, 98-104.

Brumer, A. (2007). A problemática dos jovens na pós-modernidade. In: Carneiro, M. J.; Castro, E. G. de. (Orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 35-51.

Brumer, A. (2004). Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, 205-227.

Brumer, A. Mulher e desenvolvimento rural. In: Presvelou, C.; Almeida, F. R.; Almeida, J. A. (Orgs.). (1996). *Mulher, família e desenvolvimento rural*. Santa Maria: Editora da UFSM, 39-58.

Brumer, A.; Anjos, G. dos. (2008). Gênero e reprodução social na agricultura familiar. *Revista NERA*, ano 11, nº 12, 6-17.

Borges, C. D.; Santos, M. A. dos. (2005). Aplicações da técnica do grupo focal: fundamentos metodológicos, potencialidades e limites. *Revista da SPAGESP*, vol. 6, n. 1, jan./jun., 74-80.

Buainain, A. M. et al. (2013). Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. *Revista de Política Agrícola*, ano XXI, nº 2, abr./mai./jun., 105-121.

Camarano, A. A.; Abramovay, R. (1999). Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. *Texto para Discussão do IPEA*, nº 621, jan.

Cândido, A. (2010). *Os parceiros do Rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul.

Carneiro, M. J. (2007). Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: In: Carneiro, M. J. ; Castro, E. G. de. (Orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 53-66.

Carneiro, M. J. (2001). Herança e gênero entre agricultores familiares. *Estudos Feministas*, vol. 9, n. 1, 22-55.

Carvalho, J. M. de. (2009). *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. 12ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Champagne, P. (1986). Elargissement de l'espace social et crise de l'identité paysanne. *Cahiers d'Économie et Sociologie Rurales*, nº 3, déc., 73-89.

Chechi, L. A. et al. (2013). Atividade leiteira no Noroeste colonial gaúcho: considerações sobre a perspectiva de sucessão familiar feminina. In: *CONGRESSO DA SOBER*, 51º, 2013, Belém, PA. Anais... Belém, UFPA.

Comassetto, L. R.; Savoldi, D. A. (2012). A comunicação como fator para a sucessão e transformação da agricultura familiar. *Esferas*, ano 1, nº 1, jul./dez., 111-119.

Comerford, J. (2007). Herança da terra e conflito. In: Lima, E. N. de; Delgado, N. G.; Moreira, R. J. (Orgs.). *Mundo rural: configurações rural-urbanas: poderes e políticas*. Rio de Janeiro: Mauad X: Edur, 69-80.

Cordeiro, M. S. S. (2009). Jovens na reforma agrária: perspectiva intergeracional e lógicas de sucessão no assentamento Novo Horizonte/Campos dos Goytacazes – RJ. *Revista IDeAS*, v. 3, n. especial, 544-563.

Costa, C. da. (2013). Contornos do celibato no espaço rural: solteirões do sul do Brasil. *Extensão Rural*, vol. 21, nº 3, set./dez., 22-51.

Costa, F. L. M., Ralisch, R. (2013). A juventude rural do Assentamento Florestan Fernandes no Município de Florestópolis (PR). *RESR*, vol. 51, nº 3, jul./set, 415-432.

Costa, M. R. C.; Bezerra, A. J. A.; Mendonça, H. A. F. (2012). Expectativas de sucessão hereditária nas unidades de produção familiares. Um olhar sobre o município de Morro Redondo, RS. *Acta*

Geográfica, v. 6, n. 12, mai./ago., 139-154. Durston, J. (1999). A juventude rural no Brasil e no México: reduzindo a invisibilidade. *Ideias & Debate ITV*, n. 27.

Durston, J. (1998). *Juventud y desarrollo rural: marco conceptual y contextual*. Santiago: CEPAL.

Elias, N. (1998). *Sobre o tempo*. Editado por Michael Schröter. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Enderle, A. T. (2015). Agricultura familiar e trabalho assalariado: estratégias de reprodução de agricultores familiares migrantes. *Cadernos IHU*, ano 3, nº 12.

Ferrari, D. L. et al. (2004). Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? *Estudos Sociedade e Agricultura*, vol. 12, nº 2, out., 237-271.

García, C. P.; Sánchez, H. M.; Sobrino, J. N. R. (2011). La influencia del modelo de sucesión en el género del sucesor. In: Bermúdez, I. V. (Coord.). *Investigación y género. Logros y retos*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1479-1500.

Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 2, 57-63.

Guimarães, G. M.; Cunha, C.; Froehlich, J. C. (2012). Caracterização socioeconômica e indicativos de sucessão familiar rural no Território da Cidadania da região Central/RS. In: *CONGRESSO DA SOBER*, 50º, Vitória, ES. Anais... Goiânia, UFES.

Hervieu, B. (1996). Agricultura y territorio: nuevas orientaciones para la política agraria. *Revista Española de Economía Agraria*, nº 176/177, 167-192.

Kischener, M. A. (2015). *A sucessão geracional na agricultura familiar num contexto de mercantilização e modernização: um estudo em duas comunidades do Sudoeste do Paraná*. Pato Branco: UTFPR. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional).

Kischener, M. A.; Kiyota, N.; Perondi, M. A. (2014). Quem vai ficar na agricultura? A sucessão do ponto de vista dos pais: uma proposta de reflexão. In: *CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO*, X, Foz do Iguaçu, PR. Anais... Foz do Iguaçu, Parque Nacional da Itaipu.

Kiyota, N.; Perondi, M. A. (2015b). Sucessão geracional na agricultura familiar. Uma questão de renda? In: BUAINAIN, A. M. et al. (Editores técnicos). *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília: Embrapa, 1011-1045.

Kiyota, N.; Perondi, M. A. (2014a). Migração e sucessão geracional na agricultura familiar sob a perspectiva de comunidade e renda. In: *CONGRESSO DA SOBER*, 52º, Goiânia, GO. Anais... Goiânia, UFG.

Kiyota, N.; Perondi, M. A.; Valandro, K. (2013). Migrações da agricultura familiar no Território do Sudoeste do Paraná: um estudo de caso entre os anos de 2005 e 2010. In: *CONGRESSO DA SOBER*, 51º, Belém, PA. Anais... Belém, UFPA.

Kiyota, N.; Perondi, M. A.; Vieira, J. A. N. (2012). Estratégia de sucessão geracional na agricultura familiar: o caso condomínio Pizzolatto. *Informe Gepec*, v. 16, nº 1, 192-211.

Kiyota, N. et al. (2012). A sucessão geracional da agricultura familiar no Sudoeste do Paraná: um estudo de caso no município de Itapejara d'Oeste entre 2005 e 2010. In: *CONGRESSO DA SOBER*, 50º, Vitória, ES. Anais... Goiânia, UFES.

Leanza, D. D. (2000). *Entre a norma e o desejo: os filhos ilegítimos na sucessão patrimonial (Vilas de São Paulo e Santana de Parnaíba – séc. XVII)*. Campinas: Unicamp. (Dissertação de Mestrado em História).

Lefebvre, H. (1999). Da cidade à sociedade urbana. In: *A revolução urbana*. Trad. Sergio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 15-32.

Levi, G. (2000). *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Trad. Cynthia M. de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Mannheim, K. (1993). *El problema de las generaciones*. Trad. Ignacio Sánchez de la Yncera. Reis, n. 62, 193-242.

Marques, Â. C. S.; Rocha, S. M. (2006). A produção de sentidos nos contextos de recepção: em foco o grupo focal. *Fronteiras – estudos midiáticos*, vol. 8, n. 1, jan./abr., 38-53.

Mello, M. A. de et al. (2003). Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. *Agricultura em São Paulo*, vol. 50, n. 1, 11-24.

Méndez, C. D. (1999). Estrategias familiares para el tránsito a la vida activa de la juventud rural: modelos de inserción sociolaboral. *Reis*, n. 85, 47-65.

Mendonça, K. F. C. et al. (2013). Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 30, n. 2, jul./dez., 445-463.

Menezes, M. A. (2012). Família, juventude e migrações. *Revista Antropológicas*, ano 16, vol. 23, n. 1, 113-136.

Milani, R.; Spanevello, R. M.; Zorzi, A. M. de. (2012). A sucessão geracional em propriedades produtoras de leite. In: *CONGRESSO DA SOBER*, 50º, Vitória, ES. Anais... Goiânia, UFES.

Navarro, Z. S. de. (2013). *Os estabelecimentos rurais de menor porte sob gestão familiar e a estratégia institucional da Embrapa: diversidade social, dinâmicas produtivas e desenvolvimento tecnológico*. Projeto de pesquisa financiado pelo Macro Programa 5 da EMBRAPA.

Neves, D. P. (2001). A pobreza como legado. O trabalho infantil no meio rural da sociedade brasileira. *Revista de História Regional*, vol. 6, n. 2, inv., 149-173.

Palacios, S. P. I. (2005). La crisis de sucesión generacional en la agricultura japonesa. *Estudios Agrosociales y Pesqueros*, nº 207, 51-77.

Oliveira, D.; Schneider, S. (2009). O futuro das unidades familiares: uma análise das possibilidades de sucessão hereditária entre os agricultores ecologistas de Ipê (RS). *Novos Cadernos NAEA*, v. 12, n. 2, dez., 149-174.

Pasqualotto, N. et al. (2011). A sucessão familiar em agroecossistemas hortícolas em base de produção na Agroecologia e na agricultura familiar na microrregião de Pato Branco – PR. *Cadernos de Agroecologia*, vol. 6, nº 2, dez.

Paulilo, M. I. (1987). O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*, v. 5, nº 28, jan./fev., 64-70.

Paulo, M. de A. L. de. (2010). Juventude rural, sexualidade e gênero: uma perspectiva para pensar a identidade. In: Scott, P.; Cordeiro, R.; Menezes, M. (Orgs.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Editora Mulheres, 343-366.

Perondi, M. A.; Ribeiro, Á. E. M. (2000). As estratégias de reprodução de sitiantes no Oeste de Minas Gerais e de colonos no Sudoeste do Paraná. *Organizações Rurais e Agroindustriais*, v. 2, nº 2, jul./dez., 3-15.

Perondi, M. A. (2007). *Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS. (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Rural).

Ploeg, J. D. van der. (2014). Dez qualidades da agricultura familiar. Trad. Flávia Londres e Paulo Petersen. *Cadernos de Debate*, nº 1, fev., 7-14.

Ploeg, J. D. van der. (2008). *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Poveda, L. A. del R. (2005). El nuevo marco de relaciones intergeneracionales en las familias ejidales: migración y herencia en el sur de Veracruz. *Estudios Agrarios*, año 11, núm. 28, ene./abr., 151-193.

Rocha, C. G. S.; Almeida, J. (2013). Lógicas de reprodução social, trajetórias produtivas e gestão do meio natural de agricultores familiares no sudoeste do Pará, Brasil. *Novos Cadernos NAEA*, v. 16, n. 1, jun., 149-172.

Roibal, S. B. et al. (2004). Visión europea del proceso de sucesión en la empresa familiar. *Boletín Económico de ICE*, nº 2821, oct., 27-37.

Sales, C. de M. V. (2010). Mulheres jovens rurais: marcando seus espaços. In: Scott, P.; Cordeiro, R.; Menezes, M. (Orgs.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Editora Mulheres, 421-446.

Savian, M. (2014). Sucessão geracional: garantindo-se renda continuaremos a ter agricultura familiar? *Espaço Acadêmico*, v. 14, n. 59, ago., 97-106.

Scott, A. S. V. (2009). As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. *História: Questões & Debates*, n. 51, jul./dez., 13-29.

Scott, P. (2010). Gênero e geração em contextos rurais: algumas considerações. In: Scott, P.; Cordeiro, R.; Menezes, M. (Orgs.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Editora Mulheres, 15-33.

Silva, M. A. M. (2001). Restruturação produtiva e os impactos sobre os migrantes. In: Giarracca, N. (Comp.). *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 289-305.

Silvestro, M. L. et al. (2001). *Os impasses sociais na sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: Epagri, Brasília: MDA.

Souza, E. C. de; Pinho, A. S. T. de; Meireles, M. M. de. (2012). Tensões entre o local e o global: ruralidades contemporâneas e docência em escolas rurais. *Educação*, v. 37, n. 2, maio/ago., 351-364.

Souza, G. et al. (2012). Análise e perspectivas da sucessão geracional em unidades de produção familiar com atividade leiteira. In: *CONGRESSO DA SOBER*, 50º, Vitória, ES. Anais... Goiânia, UFES.

Souza, V. F. de. (2002). *Agricultura familiar: permanência e/ou resistência num bairro rural de Araraquara – SP*. Campinas: Unicamp. (Dissertação de Mestrado em Engenharia Agrícola).

Spanevello, R. M.; Lago, A. (2010). A transmissão do patrimônio na agricultura familiar: uma análise a partir da compensação das filhas. *Interthesis*, vol. 07, nº 01, jan./jun., 222-241.

Spanevello, R. M. (2008). Arranjos e encaminhamentos da herança na agricultura familiar. In: *CONGRESSO DA SOBER*, 46º, Rio Branco, AC. Anais... Rio Branco, UFAC.

Streeck, W. (2012). How to study contemporary capitalism? *European Journal of Sociology*, v. 53, may. 1-28.

Stropasolas, V. L. (2011b). Redefinições nos processos de socialização das crianças rurais. *Raízes*, v. 31, n. 2, jul./dez., 54-67.

Stropasolas, V. L. (2011a). Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. *Agriculturas*, v. 8, n. 1, mar., 26-29.

Stropasolas, V. L. (2004). O valor (do) casamento na agricultura familiar. *Estudos Feministas*, vol. 12, n. 1, jan./abr., 253-267.

Toledo, E. N. B. (2008). A juventude rural e os desafios sucessórios nas unidades familiares de produção. *Revista da Juventude Rural*, ano III, nº 3, set., 6-8.

Tönnies, F. (1973). Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. Trad. Carlos Rizzi. In: Fernandes, F. (Org.). *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/ Editora da USP, 96-116.

Wall, K. (1988). Residência e sucessão na família camponesa do Baixo Minho. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 5, out., 39-60.

Wanderley, M. de N. B. (2009b). *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Wanderley, M. de N. B. (2009a). O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, vol. 17, n. 1, 60-85.

Wanderley, M. de N. B. (2007). Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: Carneiro, M. J.; Castro, E. G. de. (Orgs). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 21-33.

Weisheimer, N. (2011). Sobre a situação juvenil na agricultura familiar gaúcha. *Bahia Análise & Dados*, v. 21, n. 1, jan./mar., 177-193.